

# SUMÁRIO

NOTA À 2.ª EDIÇÃO ..... 7

NOTA INTRODUTÓRIA ..... 9

## ARTIGO 1.º

1.1	A raiz constitucional do mandado de segurança e a Lei 12.016/2009.....	20
1.1.1	A Constituição de 1988 e o mandado de segurança: tutela de direitos fundamentais relativos às liberdades públicas.....	20
1.1.2	Contraste entre o mandado de segurança e outras figuras do direito comparado.....	22
1.1.3	Do <i>habeas corpus</i> ao mandado de segurança, passando pelas ações possessórias.....	23
1.1.4	Surgimento da previsão normativa expressa do mandado de segurança no direito brasileiro .....	24
1.1.5	A Lei 12.016/2009: avanços, retrocessos e frustrações.....	25
1.2	Déficit do procedimento previsto na Lei 12.016/2009 e alternativas para a sua correção.....	27
1.2.1	A dimensão constitucional do mandado de segurança, o procedimento (típico) previsto na Lei 12.016/2009 e o rito procedimental adequado, ideal à sua concretização .....	27
1.2.2	Inadequação do procedimento previsto na Lei 12.016/2009 para a plena contenção da atividade estatal ilegal .....	28
1.2.3	Flexibilização do rito previsto na Lei 12.016/2009, nos casos de déficit procedimental .....	30
1.2.4	O procedimento previsto nos arts. 461 do CPC e 84 do CDC como alternativa, incidência supletiva e fungibilidade.....	31
1.3	Pressupostos para a concessão da segurança .....	32
1.3.1	O “direito líquido e certo”.....	32
1.3.1.1	Tutela da evidência e controvérsia sobre a existência do direito.....	32
1.3.1.2	“Direito líquido e certo” versus “certeza e liquidez” de dívida ativa.....	33
1.3.2	Situação não amparada por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> .....	34

1.3.3	Proteção contra atos ilegais e abusivos.....	35
1.3.3.1	Ilegalidade e abusividade.....	35
1.3.3.2	Atos administrativos, legislativos ou judiciais.....	36
1.3.3.3	Atos de gestão e atos de império .....	38
1.3.4	Violação ou “justo receio” .....	39
1.3.4.1	Mandado de segurança <i>preventivo e repressivo</i> .....	39
1.3.4.2	Transmutação do mandado de segurança <i>preventivo</i> em <i>repressivo</i> .....	40
1.3.4.3	Mandado de segurança e “lei em tese” .....	40
1.4	Parte ativa na ação .....	41
1.4.1	Pessoas físicas e jurídicas .....	41
1.4.2	Litiscônsórcio ativo e pedido de extensão da liminar .....	42
1.4.3	Terceiro prejudicado .....	43
1.4.4	Legitimação extraordinária concorrente.....	43
1.5	Parte passiva.....	44
1.5.1	Autoridade coatora e parte legítima .....	44
1.5.2	Natureza jurídica da pessoa coletiva .....	48
1.5.3	Legitimidade passiva e teoria da encampação .....	48
1.5.4	Legitimação passiva do particular sujeito aos efeitos da sentença e litiscônsórcio passivo necessário .....	49

## ARTIGO 2.º

2.1	Regras gerais sobre a competência para o julgamento do mandado de segurança .....	51
2.1.1	Competência e unidade da jurisdição .....	51
2.1.2	Delimitação da competência no mandado de segurança.....	53
2.2	Competência da justiça comum de 1.ª Instância .....	54
2.2.1	Inteligência do art. 2.º da Lei 12.016/2009 .....	54
2.2.2	Ainda a diferença entre atos de império e atos de gestão (art. 1.º, § 2.º, da Lei 12.016/2009).....	54
2.2.3	Modificação de competência da autoridade coatora.....	55
2.2.4	Intervenção anômala da União e deslocamento de competência .....	56
2.3	Competência originária dos tribunais e turmas recursais.....	56
2.3.1	Organização vertical: STF e STJ.....	56
2.3.2	Outros tribunais superiores.....	57
2.3.3	Tribunais Regionais Federais e Estaduais.....	58
2.3.4	Competência da turma recursal para o julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato judicial.....	59

## ARTIGO 3.º

3.1	A figura do terceiro no mandado de segurança.....	61
3.2	O abuso de direito e a prevalência da boa-fé .....	63

## ARTIGO 4.º

4.1	Avanços tecnológicos e prática de atos processuais no mandado de segurança .....	66
4.2	Impetração do mandado de segurança via fax .....	66
4.3	Atos processuais por meio eletrônico .....	66

## ARTIGO 5.º

5.1	Condições de procedibilidade do mandado de segurança .....	69
5.2	Mandado de segurança e ato sujeito a recurso administrativo .....	70
5.2.1	Atos comissivos .....	70
5.2.2	Atos omissivos .....	72
5.2.3	Cabimento de mandado de segurança contra ato disciplinar .....	73
5.3	Mandado de segurança contra ato judicial .....	74
5.3.1	Pronunciamentos judiciais irrecuráveis .....	74
5.3.2	Recursos destituídos de efeito suspensivo .....	77
5.3.3	Decisão judicial com trânsito em julgado .....	79
5.3.4	A posição do terceiro em relação a decisão judicial .....	79

## ARTIGO 6.º

6.1	Requisitos processuais (pressupostos processuais e condições da ação) do mandado de segurança .....	82
6.2	Possibilidade jurídica do mandado de segurança .....	82
6.2.1	Hipóteses de vedação legal do manejo do mandado de segurança (art. 5.º da Lei 12.016/2009) .....	82
6.2.2	Impossibilidade jurídica em razão da decadência (art. 23 da Lei 12.016/2009) .....	83
6.2.2.1	As obrigações de trato sucessivo .....	83
6.2.3	Possibilidade jurídica do mandado de segurança e efeitos condenatórios patrimoniais .....	84
6.3	Interesse processual no mandado de segurança .....	86
6.3.1	A necessidade da ordem .....	86
6.3.2	O mandado de segurança como via inadequada .....	86
6.3.3	Utilidade do mandado de segurança e perda do objeto .....	87
6.4	Legitimidade para a causa .....	88
6.4.1	Legitimidades ativa e passiva .....	88
6.4.2	Correção do polo passivo e tutela da aparência .....	89

6.5	Petição inicial.....	91
6.5.1	Forma da petição inicial (art. 4.º da Lei 12.016/2009).....	91
6.5.2	Identificação das partes .....	92
6.5.3	Elementos substanciais do libelo: causa de pedir e pedido.....	93
6.5.3.1	Causa de pedir .....	93
6.5.3.2	Pedido.....	94
6.5.3.3	Requerimento de liminar.....	95
6.5.3.4	Requerimento de incidência de multa.....	95
6.5.4	Produção de provas e a limitação vertical da cognição .....	97
6.5.5	Procedimento para exibição prévia ao ajuizamento do mandado de segurança .....	98
6.5.6	Valor da causa.....	99
6.6	Citação .....	99
6.7	Indeferimento da petição inicial .....	100
6.8	Renovação do pedido de segurança .....	101

#### ARTIGO 7.º

7.1	Procedimento do mandado de segurança .....	105
7.2	Formação da relação processual .....	105
7.3	Reações da autoridade coatora.....	106
7.3.1	Apresentação das informações .....	106
7.3.1.1	Ônus de prestar informações.....	106
7.3.1.2	Estrutura da peça de informação.....	107
7.3.2	Revelia no mandado de segurança .....	108
7.3.3	Reconhecimento jurídico do pedido .....	109
7.3.4	Exceção de incompetência .....	110
7.4	A tutela de urgência no mandado de segurança .....	111
7.4.1	Tempo e processo .....	111
7.4.2	Antecipação dos efeitos da tutela e tutela cautelar – Fungibi- lidade .....	111
7.4.3	Natureza da liminar no mandado de segurança .....	113
7.4.4	Momento da concessão da tutela de urgência .....	115
7.4.5	Recurso contra decisão referente à liminar .....	115
7.4.6	Pedido de suspensão da liminar (art. 15 da Lei 12.016/2009).....	117
7.4.7	Restrições à concessão da liminar .....	118
7.4.8	Dispensa da prestação de caução.....	120
7.4.9	Extensão da limitação às hipóteses previstas nos arts. 273 e 461 do CPC .....	120
7.4.10	Revogação da liminar .....	122
7.4.11	Eficácia da liminar e celeridade no procedimento.....	122

**ARTIGO 8.º**

8.1	Perempção ou caducidade da liminar no mandado de segurança .....	124
8.2	A punição pela criação de obstáculos .....	124
8.3	Não cumprimento de atos e diligências .....	126
8.4	A sanção pelo abandono .....	126

**ARTIGO 9.º**

9.1	Cientificação da inicial, da liminar e da sentença (arts. 7.º, I, 9.º e 13 da Lei 12.016/2009) .....	128
9.2	A representação da pessoa jurídica de direito público .....	130
9.2.1	A União, os Estados e o Distrito Federal .....	130
9.2.2	O Município e a representação pelo prefeito ou procurador. A posição da Câmara Municipal .....	131

**ARTIGO 10**

10.1	Princípio da aproveitabilidade da petição inicial .....	133
10.2	Indeferimento da petição inicial .....	134
10.2.1	Hipóteses de indeferimento, segundo o art. 10 da Lei 12.016/2009 .....	134
10.2.2	Ausência dos requisitos da petição inicial .....	135
10.2.3	Caducidade do pedido .....	136
10.2.4	Indeferimento, na hipótese prevista no art. 285-A do CPC .....	136
10.3	Recurso contra a decisão que indefere a petição inicial .....	136
10.3.1	Recurso cabível .....	136
10.3.2	Apelação e juízo de retratação .....	137
10.4	O litisconsórcio no mandado de segurança .....	137
10.4.1	Regra geral e incidência da disciplina prevista no CPC .....	137
10.4.2	Vedação ao litisconsórcio ativo facultativo ulterior .....	139

**ARTIGO 11**

11.1	Comunicação e certificação da notificação da autoridade coatora .....	141
11.2	Comunicação eletrônica .....	141
11.3	A dupla cientificação e a pessoa jurídica .....	142
11.4	Comprovação da remessa e digitalização .....	142

**ARTIGO 12**

12.1	O Ministério Público e seu papel no mandado de segurança .....	143
12.2	Atividade processual do Ministério Público .....	144
12.3	Nulidade do processo pela ausência de intimação .....	145

## ARTIGO 13

13.1 Comunicação bilateral da decisão.....	146
13.2 Necessidade de comunicação célere ao impetrante .....	147
13.3 Comunicação da concessão e da denegação .....	147
13.4 Aplicação do art. 4.º da Lei 12.016/2009 .....	148

## ARTIGO 14

14.1 A sentença no mandado de segurança .....	150
14.2 Sentença de improcedência e eficácia da liminar .....	152
14.3 As despesas e honorários advocatícios.....	152
14.4 Reexame necessário .....	153
14.5 Recurso de apelação.....	154
14.6 Efeitos da apelação no mandado de segurança .....	155
14.7 Embargos infringentes no mandado de segurança .....	156
14.8 Recurso de terceiro prejudicado: a autoridade coatora.....	157
14.9 Cumprimento de sentença e execução provisória no mandado de se- gurança .....	158
14.10 Prazo para a Execução no Mandado de Segurança .....	158
14.11 Execução da verba condenatória – Súmula 271 do STF.....	159
14.12 Honorários Advocatícios na Execução.....	160

## ARTIGO 15

15.1 Suspensão da liminar e da segurança.....	163
15.2 Cabimento da suspensão .....	165
15.3 Legitimidade para o pedido de suspensão .....	166
15.4 Suspensão, agravo e apelação e a Súmula 626 do STF.....	166
15.5 Suspensão sucessiva ao agravo.....	167
15.6 Suspensão da segurança e suspensão no agravo. Inaplicabilidade da Súmula 626 do STF.....	167
15.7 Recurso contra a suspensão .....	168
15.8 A suspensão sucessiva .....	169
15.9 Efeito expansivo da suspensão em relação à liminar .....	170

## ARTIGO 16

16.1 Procedimento do mandado de segurança nos casos de competência originária dos tribunais.....	171
16.2 Sustentação oral .....	172
16.3 Exigência do esgotamento da instância .....	173

16.4 Agravo regimental da decisão sobre a liminar .....	174
---	-----

#### ARTIGO 17

17.1 Urgência da publicação da decisão .....	176
17.2 Notas taquigráficas. Substituição do acórdão .....	176

#### ARTIGO 18

18.1 Admissibilidade do recurso ordinário constitucional e dos recursos extraordinário e especial.....	179
18.2 Aspectos procedimentais do recurso ordinário.....	181

#### ARTIGO 19

19.1 Decadência do mandado de segurança e ajuizamento de ação pró- pria.....	183
19.2 A coisa julgada no mandado de segurança e ajuizamento de nova ação .	184
19.3 Decisão de mérito e via administrativa .....	186
19.4 O conteúdo da decisão denegatória da segurança .....	186
19.5 A insuficiência de provas no mandado de segurança.....	187
19.6 Mandado de segurança e efeitos patrimoniais pretéritos .....	188

#### ARTIGO 20

20.1 Prioridade no julgamento do mandado de segurança.....	190
20.2 Trâmite da ação .....	191

#### ARTIGO 21

21.1 Embasamento constitucional do mandado de segurança coletivo e as limitações da Lei 12.016/2009 .....	193
21.2 A tutela do interesse coletivo. Interesse coletivo não é interesse pú- blico .....	193
21.3 Objeto do mandado de segurança coletivo – Opção restritiva.....	195
21.4 Os interesses coletivos .....	196
21.5 Interesses individuais homogêneos.....	198
21.6 Interesses individuais homogêneos e as <i>class actions</i> .....	198
21.7 Legitimação para o mandado de segurança coletivo.....	200
21.7.1 Partidos políticos .....	200
21.7.2 Organização sindical, entidade de classe ou associação .....	200
21.7.2.1 Problemas de Legitimação Extraordinária: <i>Associa- ção Privada de Pessoas Jurídicas de Direito Público</i> .....	202
21.7.3 O Ministério Público .....	203
21.8 Execução do Mandado de Segurança Coletivo .....	204

## ARTIGO 22

22.1 O regime da coisa julgada nas ações coletivas em geral e o mandado de segurança coletivo.....	206
22.2 Mandado de segurança individual e coletivo. Inexistência de litispendência e impossibilidade de prejuízo para a ação individual. O diálogo das fontes .....	207
22.2.1 A restrição da eficácia subjetiva da Coisa Julgada .....	210
22.3 Uma alternativa, enquanto não se resolve a antinomia: opção pela ação civil pública, em detrimento do mandado de segurança coletivo	211
22.4 Audiência prévia da pessoa jurídica.....	212

## ARTIGO 23

23.1 O prazo decadencial no mandado de segurança .....	213
23.2 Decadência da ação e não do direito material.....	215
23.3 Mandado de segurança contra omissão .....	216

## ARTIGO 24

24.1 O litisconsórcio no mandado de segurança .....	218
24.2 Modalidades de litisconsórcio no mandado de segurança .....	219
24.3 Vedação ao litisconsórcio facultativo ulterior .....	220
24.4 Intervenção de terceiros no mandado de segurança .....	220

## ARTIGO 25

25.1 Vedação aos honorários advocatícios.....	223
25.2 Não cabimento dos embargos infringentes.....	224

## ARTIGO 26

26.1 Sanções penais e administrativas pelo descumprimento da decisão.....	226
26.2 Princípio da autoridade e desobediência .....	227
26.3 Sujeito ativo .....	227
26.4 Conduta .....	228
26.5 Procedimento .....	229
26.6 Outras sanções .....	229
26.7 Ordem de prisão .....	230

## ARTIGOS 27 A 29

27.1 Adaptação dos regimentos internos.....	232
27.2 Revogação das leis incompatíveis .....	232

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	233
---------------------------------	-----

OUTRAS OBRAS DOS AUTORES.....	239
-------------------------------	-----